

## AS FACES ESCURAS DO INDIGENISMO MISSIONARIO – com as modernas formas de dominação colonial

A passagem das festividades que deveriam marcar os 500 anos de invasão colonial, não deixou de representar uma expectativa no sentido de que poderia ser a oportunidade tanto para as autoridades governamentais, quanto para a Igreja, de assumirem suas responsabilidades perante o processo de dizimação e extermínio dos povos indígenas que ocorreu desde os primórdios da colonização até os dias atuais. Esse momento poderia ter sido aproveitado para o diálogo e apoio concreto junto aos povos indígenas na consolidação de seus direitos.

Porem, assim como no processo de colonização do país tanto o Estado como a Igreja mantiveram seus verdadeiros objetivos de controlar, dominar e detonar os povos indígenas.

De um lado o Estado preparou seus festejo indiferente ao destino dos povos indígenas, e os recebeu a “balas e bombas” em Coroa Vermelha, naquele 22 de Abril, que simbolizou claramente o tratamento dado aos índios nesses 500 anos.

De outro lado, a Igreja naquele momento representada pelo CIMI apresentava-se como “aliada” dos povos indígenas esboçando gestos de pedidos de perdão por tantos crimes cometidos em nome de Deus. Porém na prática tentava manipular os índios para se respaldar na condição de protetora e salvadora dos índios de modo a garantir sua sobrevivência político-financeira.

### OS FATOS

O Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em um documento oficial intitulado “As muitas faces de uma Guerra”, de autoria do Sr. Paulo Maldos, assessor da entidade, divulgou em nível nacional e internacional uma versão dos acontecimentos ligados aos 500 anos com muitas distorções e inverdades.

Entre outras acusações, o CIMI acusa lideranças indígenas sem apresentar nomes e provas de terem sido cooptadas pelo governo para esvaziarem as manifestações indígenas em Coroa Vermelha. Ocorre que tais acusações visavam somente queimar lideranças indígenas e descredibilizar as organizações indígenas que se posicionaram contra as manobras do CIMI naquela Conferencia.

O desencadeamento dos problemas ocorridos durante a Conferência Indígena, muito distantante do que foi colocado pelo CIMI, se deve a uma série de fatores históricos que devem ser postos hoje, para compreender melhor o movimento indígena, a sua pluralidade e sua vontade política de contribuir para o efetivo respeito dos direitos de todos os povos indígenas localizados no território nacional.

A Conferência Indígena foi idealizada na ocasião da VI Assembléia Geral da COIAB, em maio de 1998, numa perspectiva de apresentar a visão histórica de todo o processo de invasão e nossas perspectivas futuras a partir desse momento. O projeto da marcha indígena

surgiu no Fórum de Debate do Amazonas, do qual a COIAB e o CIMI Norte I tomam parte diretamente.

Desde o início dos preparativos, as organizações indígenas não queriam apenas manifestar-se contra as comemorações, mas também queriam aproveitar o momento histórico para alavancar conquistas políticas em relação aos direitos indígenas. Parece ainda não ter sido compreendido pelo CIMI a estratégia dos povos da Amazônia, que há muito tempo ultrapassou os frágeis limites da denúncia ou da contestação, prática habitual do CIMI que optou historicamente por uma bandeira de luta que não incorpora a participação, a mudança através da própria vivência, ou pelo menos não a deseja para os povos indígenas.

Os problemas ocorridos em Brasília e no decorrer da Conferência se deram a partir do momento que as organizações da Amazônia deram-se conta da postura do CIMI em querer manter o controle de todo o processo das manifestações indígenas quanto a sua orientação política.

Se foram as lideranças das organizações indígenas da Amazônia que reagiram mais do que outras, isto se deve essencialmente a possibilidade tida de acumular maior experiência neste processo organizativo, procurando definir por conta própria o caminho da autonomia e das formas de luta que melhor correspondem a atual realidade dos povos indígenas.

Queríamos uma plena participação, uma articulação indígena nacional sem interferência; queríamos selar um pacto entre os povos indígenas do Brasil e reforçar o processo organizativo através do CAPOIB justamente para aumentar a nossa força política até então diluída perante o Estado. Queríamos aprofundar a reflexão em torno do Estatuto das Sociedades Indígenas, em tramitação no Congresso Nacional, conforme pauta original da Conferência, na perspectiva de aproveitar esta oportunidade única de estarmos juntos, milhares de indígenas, e podermos consolidar a nossa posição perante o Governo. Não era possível configurar estes eventos apenas através de um significado contestatório, era preciso incluir uma dimensão proposital, demonstrando ao mundo tanto os nossos problemas quanto as perspectivas que se desenhavam para os nossos povos.

## **O PROCESSO ORGANIZATIVO DOS POVOS INDÍGENAS**

A organização dos povos indígenas voltada para a participação na política brasileira iniciou-se de modo mais contundente na Amazônia, onde as pressões e os conflitos em torno das riquezas naturais e da luta pela demarcação dos territórios indígenas representavam desafios decisivos, com apoio inicial da Igreja.

Este foi inclusive um dos eixos prioritários traçados na ocasião da I Assembléia nacional do CIMI em 1975, promovendo a:

“Autodeterminação, ajudando os povos indígenas a serem autores e destinatários de seus projetos e de sua própria história”.

Esta concepção carrega em si o entendimento preconizado na Declaração de Barbados (1970) de que: “ou a libertação dos índios é feita por eles mesmos, ou não é libertação”, ressaltando a importância do protagonismo dos povos indígenas em suas lutas e processo organizativos e de articulação.

As assembleias indígenas passaram a exercer, como foi observado na própria avaliação dos 25 anos do CIMI, uma importante função na tomada de consciência dos direitos e da afirmação étnico/cultural das centenas de povos indígenas, possibilitando através desses mecanismos a construção de suas estratégias e formas de lutas, entre as quais a constituição de organizações indígenas locais e regionais, culminando em 1989 com a estruturação de uma instância de articulação para os povos indígenas da Amazônia, através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

O movimento indígena foi conquistado novos espaços, assumindo a interlocução tanto com os segmentos governamentais quanto populares em nível nacional ou internacional. O debate indígena foi levado dentro dos gabinetes para discutir questões de terra, saúde, educação, meio ambiente, alternativas econômicas, etc.

Atuou-se para que a participação indígena deixasse de ser apenas decorativa para que possamos assumir as nossas responsabilidades. Articulações, convênios foram firmados na perspectiva de promover melhoria de vida para as populações indígenas de todo país. Mais recentemente, várias organizações passaram a manter Convênio com a Fundação Nacional de Saúde na perspectiva de modificar o triste quadro de saúde dos povos indígenas, cansado de analisar os relatórios anuais do CIMI a respeito das “violências contra os povos indígenas” procuramos mudar o curso da história e dos acontecimentos na vida cotidiana das aldeias. Por assinarmos os convênios com a Fundação Nacional de Saúde fomos duramente criticados pelo CIMI que não concorda que as organizações indígenas atuem na prestação de serviços de saúde, alegando que esta é uma política de tercerização..

## **A CRISE DE IDENTIDADE DO CIMI**

Com a dinâmica desse processo organizativo, o papel de articulador do CIMI passou progressivamente a ser assumido pelos povos indígenas, que foram definindo novas formas de lutas e de fortalecimento das nossas organizações.

Pouco a pouco o CIMI viu definhar o seu papel até então protagonista na defesa dos direitos indígenas, sem ter traçado claramente estratégias que permitissem definir uma nova relação com o movimento indígena, agarrando-se desesperadamente a uma prática que, infelizmente, nesta atual conjuntura, não está tão distante da tutela do Estado através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tão severamente criticada pelo CIMI.

O embate estava criado, favorecendo as divergências políticas que opuseram o CIMI e o movimento indígena, em função dessa tendência incorrigível em querer ver a organização dos povos indígenas a sua “imagem e semelhança”, mesmo sendo necessário para tal denegrir lideranças indígenas que, por ironia do destino, destacaram-se justamente através da ação missionária, ou agir de modo tal a promover divisões entre os povos indígenas.

O CIMI continua insistindo em querer ser porta-voz dos povos indígenas e definir o destino dos índios. Isso é inadmissível. Cada indígena pertencendo a alguma organização ou não, é quem tem legitimidade para falar por si ou pelo seu povo.

## **A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO VIÁVEL PARA OS NOSSOS POVOS**

Apesar do problemas sofridos ao longo dos 500 anos, nos mobilizamos na conquista de nossos direitos. Estamos convictos das necessidades de unir as forças de nossos povos, nossos líderes, nossas mulheres e crianças para construirmos juntos um espaço para garantir na prática o reconhecimento de nossos direitos como povos diferenciados..

Seguiremos lutando pela melhoria da qualidade de vida das nossas comunidades de modo a obter melhores serviços na área da saúde, educação, a demarcação de nossas terras, a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento auto-sustentável, a proteção de nossas culturas, bem como a reestruturação do órgão indigenista oficial e nossa participação em todas as instancias que trate de assuntos de nossos interesses.

Brasília- DF, 17 de Maio de 2000

**José Severino da Silva**

**CAPOIB – Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil**

**Euclides Pereira**

**COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira**

**Jerônimo Macuxi**

**CIR – Conselho Indígena de Roraima**

**Aldencio Susana Basto**

**FOCCIT – Federação das Organizações  
Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Tikuna**

**Nino Fernades**

**CGTT – Conselho Geral da Tribo Tikuna**

**Obadias B. Garcia**  
CGTSM – Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé

**Almir Surui**  
CUNPIR – Coordenação das Nações e Povos Indígenas de Rondonia

**Pedro Garcia Tariano**  
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

**José Ubiratam Sompré**  
COIAT – Coordenação das Organizações Indígenas do Araguaia e Tocantins

**Antônio Ricardo Domingos da Costa**  
APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas  
do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

**Celia Sampaio Kaingáng**  
APISC – Associação dos Professores Indígenas do Estado de Santa Catarina

**Andila Inácio Kaingáng**  
APBKG – Associação dos Professores Bilíngue Kaingáng e  
Guarani do Rio Grande do Sul

**Coaraci Gabriel – Galibi Marworno**  
APIO – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque

**Orides Kaingáng**  
CICSC – Conselho Indígena de Caciques do Estado de Santa Catarina

**Escrawen Sompré – Xerente**  
CIX – Conselho Indígena Xerente

**Genilda Kaingáng**  
CONAMI – Conselho Nacional das Mulheres Indígenas

**Megaron Tchukaramãe**  
CONPIB – Conselho Nacional dos Povos Indígenas do Brasil

**Azelene Kaingáng**  
ASSIF – Associação Nacional dos Servidores Índios da FUNAI

**Clovis Marubo**  
CIVAJA – Conselho Indígena Vale do Javari

**Andre da Cruz Cambeba**  
UNI-TEFE – União das Nações Indígenas de Tefé

**Francisco Avelino**  
UNI - ACRE – União das Nações Indígenas do Acre

**Agnelo Temrité Wadzatsé**  
ASPA – Associação Pariwawi A' uwe

**Gilberto Pereira dos Santos**  
CIM – Conselho Indígena Mura

**Firmino Alfredo da Silva**  
APIR – Associação dos Povos Indígenas de Roraima

**Agenor Palmari**  
OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus